



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

EDITAL

MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90154/2024 - LEI N. 14.133/2021

O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC), inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n. 14.133/2021, da Lei Complementar n. 123/2006, das Resoluções GP n. 78/2023 GP n. 2/2022, da IN DGA n. 1/2021 e, subsidiariamente, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação, com ampla participação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, mediante as condições estabelecidas neste edital.

O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na **Lei n. 14.133/2021**.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA: 14/1/2025

HORÁRIO: 13 horas (horário de Brasília/DF)

SÍTIO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 925045

DO OBJETO

1. Fornecimento de subscrição de licenças Liferay DXP Self-hosted, com ElasticSearch, que inclui garantia, atualização e suporte técnico (Gold), por 12 meses, por meio de entrega única; e de serviços especializados de operação assistida, por empreitada por preço unitário, durante o período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes do projeto básico anexo.
2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do Tema n. 15039, do Elemento de Despesa n. 3.3.90.40, da Subação n. 15039, da Classificação Funcional Programática n. 03.091.02.126.0926, do orçamento do Fundo de Reparelhamento da Justiça para o exercício de 2025.

3.1 O tema, o elemento de despesa, a subação e a classificação funcional programática das despesas decorrentes da presente licitação para o(s) exercício(s) seguinte(s) serão definidos após aprovação da lei orçamentária anual do referido exercício financeiro.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico disponível, por meio do sítio www.compras.gov.br.

5. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6. Não poderão participar deste pregão:

- I. impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- II. suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993;
- III. impedidos de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002;
- IV. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993;
- V. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- VI. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- VII. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- VIII. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- IX. entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, conforme vedação estabelecida no inciso VI e no §3º do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016;
- X. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- XI. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- XII. entidades empresariais que estejam sob falência, em processo de dissolução total ou liquidação;
- XIII. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si; e
- XIV. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7. A licitante interessada **deverá** cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema

eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de cadastro da proposta.

8. A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico **o valor unitário do item**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

8.1. No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a licitante deverá apresentar sua proposta com o valor líquido da operação (valor bruto - desconto = valor líquido). O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

- I. o/a contribuinte estiver no Simples Nacional;
- II. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
- III. da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

9. A licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

10. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.

11. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

12. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

13. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

14. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

16. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

17. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo(a) pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no Portal de Compras do Governo Federal, no sistema compras.gov.br.

19. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

20. Cabe às licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

21. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

22. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

DA FORMULAÇÃO DE LANCES

23. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

24. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ela própria e registrado no sistema eletrônico, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

24.1 Observado o disposto acima, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

25. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

26. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

27. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

28. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

29. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

30.1. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre os licitantes empatados.

30.1.1. Na hipótese de a sessão pública de sorteio ser efetuada de forma presencial, deverá ser transmitida em canal oficial do Tribunal de Justiça, e será observada a seguinte sequência de procedimentos:

- I. os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papelotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;
- II. antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papelotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;
- III. os papelotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;
- IV. os papelotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papelotes individuais;
- V. após a devida mistura dos papelotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;
- VI. os papelotes individuais restantes no recipiente destinado à realização do sorteio serão, em sequência, prontamente retirados, e durante esta etapa, os nomes dos licitantes não sorteados serão apresentados a todos os participantes da sessão, a fim de assegurar a

lisura do sorteio;

VII. a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial do Tribunal de Justiça.

31. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

32. Durante a fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

33. Se ocorrer a desconexão do(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

34. No caso de a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio www.compras.gov.br.

DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

35. A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada:

- I. às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação;
- II. ao item de contratação cujo valor estimado seja igual ou inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

36. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

37. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes.

DA NEGOCIAÇÃO

38. O(A) pregoeiro(a) deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

39. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

40. Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o(a) pregoeiro(a) iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da proposta, da especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

40.1 A partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), dentro do prazo fixado, a licitante deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, os respectivos documentos complementares.

40.1.1 A marca e/ou modelo cadastrados antes da fase de lances não é vinculativa, podendo ser alterada uma única vez quando do envio da proposta adequada ao último lance ofertado.

40.2 O prazo de envio da proposta e/ou documentos complementares poderá ser prorrogado nas seguintes situações:

- I. por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a); ou
- II. de ofício, a critério do(a) pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

41. Se a mesma licitante vencer tanto a cota reservada quanto a cota principal, a contratação ocorrerá em um único instrumento e pelo menor preço obtido.

42. No caso de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que obtido o melhor preço após negociação e que o valor esteja igual ou inferior ao preço referencial.

42.1. No caso de não haver vencedora para a cota principal, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota reservada ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que obtido o melhor preço após negociação e que o valor esteja igual ou inferior ao preço referencial.

43. Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo e se houver indícios de que se encontra dentro dos valores praticados no mercado, excepcionalmente o(a) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do pregão para a realização de nova pesquisa de mercado.

44. A nova pesquisa de mercado será submetida ao(à) pregoeiro(a), o(a) qual decidirá fundamentadamente por:

- I. retornar à sessão mantendo-se incólumes os atos praticados, se considerar que a nova pesquisa de preços não destoou dos valores anteriormente informados na pesquisa de preços, mantendo a recusa das propostas; ou
- II. submeter o resultado da pesquisa ao Diretor-Geral Administrativo do PJSC para que este decida sobre a possibilidade de aceitação de proposta(s) com base na nova pesquisa de preços efetuada, se considerar que, de fato, houve elevação superveniente dos preços.

45. Obtida a autorização tratada no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) retornará à sessão pública para efetuar nova negociação com a licitante mais bem classificada.

46. Serão desclassificadas as propostas com valor superior ao estabelecido no orçamento estimativo contido neste edital, ressalvados os casos previstos no item 43.

47. No valor unitário do item cotado serão consideradas somente as duas primeiras casas após a vírgula, sem arredondamento.

47.1 Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada **inexequível** a proposta de preços ou menor lance que:

- I. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - II. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
48. Serão desclassificadas, da mesma forma, as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste edital e anexos.
49. O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de profissional especializado para orientar sua decisão.
50. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
51. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante dos quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
52. O(A) pregoeiro(a) poderá fixar prazo para reenvio do anexo com a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas quando os preços unitários que o compõem necessitem de ajuste aos valores estimados pelo PJSC.

DA HABILITAÇÃO

53. Encerrada a fase de aceitabilidade da proposta, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), a licitante deverá remeter os documentos de habilitação.

53.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dela no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Cadastro de Fornecedores do PJSC;
- III. SICAF;
- IV. [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;
- V. [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;
- VI. [Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa](#), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e
- VII. [Lista de Inidôneos](#), mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

54. A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992.

55. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (cadastramento nos níveis II e III) e, subsidiariamente, do cadastro do PJSC, bem como da documentação complementar especificada neste edital.

55.1 Caso o ato constitutivo possua alterações, o endereço analisado, para fins de cumprimento da Lei Estadual n. 17.983/2020, será aquele que constar da última alteração.

55.2 No caso de consórcio, se admitido, será analisada a habilitação individual de cada um dos consorciados.

56. Não é condição obrigatória para habilitação estar cadastrado no PJSC.

57. Considera-se documentação complementar que deve ser apresentada pelas licitantes para fins de habilitação quando não constante do SICAF e do cadastro do PJSC:

- I. prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante quanto a tributos mobiliários;
- II. prova de regularidade com o FGTS;
- III. prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;
- IV. certidão negativa de efeitos de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

57.1 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), a seguinte documentação complementar:

- I. declaração de que não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados e magistradas ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, assim como com servidores e servidoras ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, podendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- II. declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- III. declaração de que possui ciência e submete-se aos termos do Programa de Integridade e do Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, implementados pela [Resolução GP n. 30/2021](#), devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- IV. declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- V. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- VI. em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- VII. Para o item 3: 1) atestado de capacidade técnica fornecido por terceiro, pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, comprovando que forneceu subscrição de licença na plataforma de portal Liferay DXP, do fabricante Liferay Inc., incluindo a prestação de serviços técnicos especializados. 2) declaração de que, se contratada for, comprovará, em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, que possui na equipe técnica pelo menos um integrante com certificação Liferay DXP Professional (tanto Back-End Developer quanto Front-End Developer), por meio de apresentação de certificado ou documento hábil para essa finalidade.

58. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação com as informações constantes no SICAF ou do cadastro do PJSC deverão encaminhar, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), documentos que supram tais exigências, na forma do art. 70 da Lei n. 14.133/2021.

59. O(A) pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação das licitantes.

59.1 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa da licitante no chat do sistema compras.gov.br.

60. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados mas que comprovem que na data de abertura da sessão pública de apresentação da proposta a licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, a licitante será convocada a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

61. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificá-la inequivocamente.

62. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

63. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

64. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao(à) pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

65. Se a proposta for desclassificada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

66. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada a vencedora.

DO RECURSO

67. Caberá recurso em face de:

- I. julgamento das propostas;
- II. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III. anulação ou revogação da licitação;

68. Após o julgamento das propostas e o ato de habilitação ou inabilitação o licitante poderá manifestar a intenção de recorrer imediatamente, sob pena de preclusão.

69. O prazo para apresentação das razões recursais das intenções de recurso é 3 (três) dias úteis, e iniciará na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

70. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

71. Após a apresentação das razões recursais ficam as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, e iniciará a partir do término do prazo da recorrente.

72. A apreciação do recurso se dará em fase única.

73. Os recursos que não forem objeto de reconsideração pelo(a) pregoeiro(a), serão encaminhados com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

74. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

75. A homologação do resultado deste pregão compete ao Diretor-Geral Administrativo do TJSC.

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

76. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante vencedora será convocada para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

77. Os/As representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do contrato, por meio do Sei!, no sítio do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (<https://sei.tjsc.jus.br/sei>).

78. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do projeto básico encartado neste edital.

79. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do projeto básico.

80. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

81. Por ocasião da assinatura do instrumento contratual, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

DAS SANÇÕES

82. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
 - a. pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 (quinze) a 120 (cento e vinte) dias;
- II. ensejar o retardamento da execução do certame:
 - a. pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 (quinze) a 120 (cento e vinte) dias;
- III. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:
 - a. pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 (quinze) a 120 (cento e vinte) dias e multa de até 5% (cinco por cento) do valor do item de contratação;
- IV. não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não dar recebimento ao respectivo instrumento contratual:
 - a. pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 (quinze) a 120 (cento e vinte) dias e multa de até 5% (cinco por cento) do valor do item de contratação;
- V. comportar-se de modo inidôneo:
 - a. pena – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos da Administração Pública Direta e Indireta pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

83. Além das penalidades acima, as licitantes ficarão sujeitas ao cancelamento de sua inscrição no cadastro do PJSC e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

84. Para os fins deste edital, para aplicação de qualquer das penalidades previstas, considera-

se:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
 - a. não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame; ou
 - b. entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- II. retardar a execução do certame:
 - a. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - b. não comprovar os requisitos de habilitação;
 - c. praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame; ou
 - d. interpor recurso de carácter manifestamente protelatório;
- III. não manter a proposta:
 - a. não enviar a proposta;
 - b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c. pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - d. deixar de apresentar amostra;
- IV. comportar-se de maneira inidônea:
 - a. praticar ato que vise a frustrar os objetivos do procedimento licitatório;
 - b. cometer fraude de qualquer natureza;
 - c. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - d. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - e. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - f. realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021;
 - g. prestar informações falsas ou apresentar documento com informações inverídicas; ou
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

85. Não será apurada a conduta pertinente à desclassificação ocorrida antes da fase de lances, salvo se houver indícios de má-fé.

86. Quando a ação ou omissão da licitante ou da adjudicatária ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais gravosa.

87. Quando, em um mesmo procedimento licitatório, a licitante cometer mais de uma conduta passível de punição em itens de contratação diversos, será aplicada a pena da conduta mais gravosa, podendo ser majorada até seu patamar máximo, observado o princípio da proporcionalidade.

88. Poderá ser afastada a majoração de que trata o item anterior caso as condutas perpetradas possuam nexo causal entre si.

89. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste edital será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

90. Detectada prática de conduta que, em tese, configure infração administrativa, o(a) pregoeiro(a) sugerirá à autoridade competente que inicie procedimento de apuração em processo apartado, indicando os fatos que ensejam a apuração, o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração e a identificação da licitante.

91. Caso tenha sido verificada concomitante conduta que configure ato lesivo à Administração Pública previsto na Lei n. 12.846/2013, o rito de apuração será aquele previsto na referida lei.

92. O processo de responsabilização será conduzido por comissão *ad hoc* composta por 2 (dois) ou mais servidores efetivos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da publicação do Diário de Justiça Eletrônico, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretenda produzir.

92.1 O ofício de intimação será encaminhado também ao endereço eletrônico cadastrado na proposta da licitante ou no SICAF.

92.2. Exaurida a fase instrutória, a comissão poderá oportunizar a apresentação de alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos da legislação aplicável.

92.3. A Comissão elaborará relatório final conclusivo no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o infrator, as peças principais dos autos, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência às folhas do processo onde se encontram.

93. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da infratora, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

93.1 Sem modificação dos fatos narrados na autorização de abertura do processo de apuração de responsabilidade, o órgão julgador poderá atribuir definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, sujeite a acusada à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

94. A licitante ficará isenta das penalidades caso reconhecida força maior ou caso fortuito devidamente reconhecido pela Administração do PJSC, bem como comprovado que a conduta praticada seja decorrente de vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído.

95. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, será emitida notificação de cobrança à licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor aos cofres públicos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sob pena de cobrança judicial.

96. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS e no cadastro do PJSC após o trânsito em julgado administrativo.

97. Considera-se que a decisão teve o trânsito em julgado administrativo:

- I. no dia útil subsequente ao término do prazo para a interposição de recurso, sem a interposição deste;
- II. no dia útil subsequente à ciência da decisão em sede de recurso.

DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

98. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, mediante formulário, a ser enviado exclusivamente por meio do link <https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao>.

99. Ao acessar o link, o interessado deverá filtrar pelo número da licitação e, após, no quadro denominado "Questionamento(s)/Recurso(s)", clicar em "clique aqui e acesse o formulário".

100. As impugnações e os esclarecimentos serão conhecidos se dirigidas diretamente à Diretoria de Material e Patrimônio, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 11 e 12 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019.

101. A Diretoria de Material e Patrimônio, auxiliada do setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação do certame e sobre os esclarecimentos que deverão ser prestados.

102. Caso verificada a necessidade de suspender o certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

103. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

DISPOSIÇÕES FINAIS

104. Este pregão poderá ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogado caso considerado inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

105. A anulação do pregão induz à do contrato.

106. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

107. É facultado ao(a) pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

108. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

109. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelas licitantes para efeitos de julgamento deste pregão.

110. Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor(a) juramentado(a), de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

111. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

112. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do PJSC.

113. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

114. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no PJSC, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso forense.

115. São partes integrantes deste edital:

- I. formulário-proposta;
- II. orçamento estimativo;
- III. modelo de declarações a serem apresentadas para fins de habilitação;
- IV. minutas de contrato;
- V. projeto básico;
- VI. especificações técnicas; e
- VII. apostila.

116. Este edital será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, para fins de garantir a ampla publicidade, no [Portal da Transparência](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao) do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número da licitação — no Diário da Justiça Eletrônico, no portal compras.gov.br e em jornal local de grande circulação.

DO FORO

117. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca da Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DIRETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

I - FORMULÁRIO-PROPOSTA

Nome da empresa (razão social):.....

Endereço:.....

Cidade:.....UF:.....CEP:.....

CNPJ n.....Telefone/fax:.....

E-mail:.....

Responsável pela assinatura do contrato:

Nome:.....E-mail:.....

Cargo/função:.....Telefone/fax:.....

Dados bancários (com dígito verificador):

Banco n.:.....Agência n.:.....Conta-corrente n.:.....

A presente proposta tem como objeto a fornecimento dos itens ou contratação dos serviços abaixo discriminados, em conformidade com as especificações, quantidades e demais condições definidas no edital e seus anexos.

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Subscrição de licença para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	licença	2		
2	Subscrição de licença para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	licença	2		
VALOR TOTAL DO GRUPO					

--

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
3	Contratação de serviços continuados especializado por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, pelo período de 12 (doze) meses, em regime de empreitada por preço unitário	horas	600		

Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.

....., de de 20__.

(nome e assinatura do responsável)

II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)	INTERVALO MÍNIMO DE LANCES (R\$)
1	Subscrição de licença para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	licença	2	365.713,72	731.427,44	3.650,00

2	Subscrição de licença para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	licença	2	89.935,20	179.870,40	900,00
VALOR TOTAL DO GRUPO					911.297,84	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO DE REFERÊNCIA (R\$)	INTERVALO MÍNIMO DE LANCES (R\$)
3	Contratação de serviços continuados especializado por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, pelo período de 12 (doze) meses, em regime de empreitada por preço unitário	horas	600	295,17	177.102,00	3,00

III - MODELO DE DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PARA FINS DE HABILITAÇÃO

A - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto na Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados e magistradas ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016;

b) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou

por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores e servidoras ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016;

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com magistrado(a) ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor(a) ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles(as) forem companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes/as vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

B - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na LGPD, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação, entre outros. (listar outros, quando cabível).

5. A LICITANTE/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em 3 (três) dias úteis, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo à CONTRATADA as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo e na Resolução CD/ANPD nº 15, de 24 de abril de 2024.

7. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança, perante o Poder

C - DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

A LICITANTE/CONTRATADA declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

D - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

E - DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/CONTRATADA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / / .

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA (SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 10/12/2024, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **8914948** e o código CRC **5C3DDFB4**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

MINUTA DE CONTRATO

Modelo Padrão Lei 14.133/2021 - EPU/EPG - Versão 006

Processo n.: 0005507-63.2024.8.24.0710

CONTRATO N. 000/20XX

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **ALEXSANDRO POSTALI**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, estabelecida na Avenida Xxxxx Xxxxxx, XXXX, Xxxxxxx, Xxxxxx/SC, CEP xxxx, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0000-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Senhor **XXXXX XXXXXXXX**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. **0005507-63.2024.8.24.0710**, referente ao Pregão Eletrônico n. **90154/2024**, homologado em Xx.X.202x, mediante as cláusulas a seguir.

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a subscrição de 2 (duas) licenças para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do Elasticsearch - por 12 meses (item 1) e subscrição de 2 (duas) licenças para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de homologação em cluster) do Elasticsearch - por 12 meses (item 2), para entrega única, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. **0005507-63.2024.8.24.0710** e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A **CONTRATADA** deve entrar em contato com a Divisão de Apoio à Gestão e Governança de TI (DTI/DAGG) após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA** são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.

§ 3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

§ 5º A **CONTRATADA** só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do **CONTRATANTE**, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à **CONTRATADA** o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos

fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no projeto básico anexo.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no projeto básico anexo.

DO CRÉDITO

Cláusula sexta. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado, classificação funcional programática 03.091.02.126.0926, natureza da despesa 3.3.90.40, com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2025.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o(s) exercício(s) seguintes constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do Órgão 03000 - Tribunal de Justiça do Estado - do(s) referido(s) exercício(s) financeiro(s).

DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente executada:

Item	Descrição	Quantidade anual	Valor unitário anual (R\$)
1	Subscrição de licença para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	2	
2	Subscrição de licença para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	2	

Parágrafo único. As demais previsões acerca do pagamento constam do projeto básico anexo.

DO REAJUSTE

Cláusula oitava. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de 04/10/2024, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§ 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

- I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III - do encerramento do contrato.

§ 2º O prazo previsto no caput somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DA GARANTIA

Cláusula nona. Caberá à CONTRATADA apresentar garantia contratual, devendo optar por uma das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II - seguro-garantia; e
- III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A garantia, em valor equivalente a até 5% (cinco por cento) do valor anual contratado, deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, sob pena de, constatado o prejuízo ao interesse público, iniciar-se processo visando à extinção contratual.

§ 2º O valor e o prazo de validade da garantia será atualizado por meio da apresentação de garantia complementar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo aditivo, nas mesmas condições do contrato.

§ 3º Em havendo extinção contratual, o CONTRATANTE poderá recorrer à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial por perdas e danos.

§ 4º Se a CONTRATADA optar pela modalidade caução em dinheiro, deverá efetuar o depósito do valor indicado em caderneta de poupança, com conta vinculada, no Banco do Brasil S.A, devendo o comprovante de depósito ser apresentado à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio.

§ 5º Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, títulos da dívida pública ou fiança bancária, serão observados os seguintes procedimentos:

I - a CONTRATADA deverá apresentar à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, endereço eletrônico dmp.contrato@tjsc.jus.br, a apólice do seguro garantia ou carta de fiança bancária correspondente ao valor da garantia;

II - a aceitação de títulos da dívida pública ficará condicionada à verificação com o Banco Central do Brasil ou órgão emissor sobre sua exequibilidade e validade;

III - o seguro-garantia somente será aceito se contemplar todos os eventos indicados nos incisos do § 6º desta cláusula e continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

§ 6º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 7º A garantia será considerada extinta nos seguintes casos:

I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - após o término da vigência do contrato.

§ 8º O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I - caso fortuito ou força maior;

II - alteração sem prévia anuência da seguradora ou do fiador das obrigações contratuais;

III - descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

IV - prática de atos ilícitos dolosos por servidores/as da Administração.

§ 9º Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia que não as previstas no parágrafo acima.

§ 10. A modalidade de garantia apresentada pela CONTRATADA será formalizada por meio de apostila, conforme modelo anexo ao presente contrato. Caso haja alteração da modalidade de garantia durante a vigência contratual, sua formalização observará o mesmo procedimento.

DA LIBERAÇÃO DA GARANTIA

Cláusula décima. A garantia será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§1º Em contratos por escopo, será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

§ 2º Se a opção da CONTRATADA for pela modalidade caução em dinheiro:

I - a CONTRATADA terá direito à restituição do valor caucionado retido, atualizado monetariamente pelo mesmo índice da poupança, do período compreendido entre a data do depósito e a data da efetiva liberação; e

II - a caução em dinheiro será liberada após solicitação formal da CONTRATADA.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima primeira. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I **docaput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no projeto básico anexo.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com correção monetária pelo índice oficial de inflação do Brasil.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do PJSC, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por

cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima terceira. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima quarta. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima quinta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sexta. Este contrato terá os seguintes prazos:

I - de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e

II - de execução dos serviços: 12 (doze) meses, a contar do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

III - de apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato; e

IV - de apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo aditivo.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços estão previstos no projeto básico anexo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima sétima. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no [Portal da Transparência](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato) do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato — e no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do PJSC, no endereço www.tjsc.jus.br, até que seja efetivamente disponibilizado, para o PJSC, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de garantir a ampla publicidade.

DO FORO

Cláusula décima oitava. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato.

ANEXO I

PROJETO BÁSICO - ID PCA (UR/Nº DTI210)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIDADE DEMANDANTE: Diretoria de Tecnologia da Informação

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA:

I.1 Qual a necessidade pública? Manutenção do portal web institucional do Poder Judiciário de Santa Catarina.

I.2 Será uma contratação inédita? Não.

I.3 Como esta necessidade pública vem sendo atendida até o momento? Por meio da ferramenta Liferay DXP, cujos contratos vem se repetindo há 10 anos.

I.3.1 Qual o número do processo administrativo da contratação anterior? SEI n. 0012560-37.2020.8.24.0710

I.4 Em que data a contratação para o atendimento desta necessidade precisa estar vigente? 1º/2/2025

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

II.1 - Identificação da demanda no PCA: UR DTI210.

II.2 - Identificação da demanda no PCSTIC: DTI210

Foi prevista a possibilidade de contratação compartilhada com outros órgãos, no caso de aquisição de bens por Sistema de Registro de Preços, conforme a Res. GP n. 02/2022?

() sim, razão pela qual podem ser consultados os órgãos públicos participantes do Termo de Cooperação Técnica n. 47/2021

(x) não. Justifique

Esse tipo de ferramenta não permite a contratação compartilhada.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

III.1 Requisitos Funcionais

III.1.1 Manutenção da ferramenta atualmente em uso

A instituição já dispõe de licenças de ferramenta fornecida pela Liferay, que se mostrou vantajosa tecnologicamente ao longo dos anos.

A substituição por outra ferramenta implicaria, além do investimento tecnológico e financeiro, o investimento na capacitação profissional e anos de experiência da equipe. Sob esse ponto de vista, entende-se que a troca de tecnologia traria perda de eficiência e de economia, e muitos riscos atrelados à grande quantidade de serviços disponibilizados atualmente no portal institucional.

Além disso, é uma ferramenta de mercado com imagem solidificada e em uso por grandes empresas, tais como Smiles, Unimed, Embrapa, bem como tribunais estaduais (TJPE, TJPR e TJRJ) e diversos outros órgãos.

III.1.2 Manutenção do ambiente em cluster

A manutenção do cluster (com mais de uma licença em ambiente de produção) permite que as requisições dos usuários ao portal sejam distribuídas entre os servidores web disponíveis, o que melhora sua disponibilidade e confere maior capacidade ao portal. As duas licenças de homologação (também em cluster) possibilitam testes e análises dos sites, formulários e aplicações antes de sua disponibilização em ambiente definitivo. Vale ressaltar que a clusterização é padrão de mercado para ambientes em que se busque garantir disponibilidade, o que é o caso do portal institucional que é a porta de entrada para todos os serviços oferecidos por este tribunal.

III.1.3 Suporte técnico

A contratação da subscrição de licenças (modelo comercial adotado pela fabricante mundial desta ferramenta) inclui suporte que visa a garantir a correção de erros identificados durante o uso da ferramenta e que possam prejudicar a disponibilização de serviços e de conteúdo no portal institucional. Além disso, dá direito às atualizações da ferramenta, que contemplam normalmente correções relacionadas à segurança e suportam a evolução tecnológica. Embora as licenças sejam perpétuas, somente a subscrição anual destas dá direito ao suporte e às atualizações. Faz-se necessário garantir o suporte à ferramenta Liferay DXP por meio de nova subscrição.

O suporte Gold já nos atende, visto que a única diferença entre os suportes Gold e Platinum está no atendimento telefônico:

- Platinum: disponível 24h por dia nos 7 dias da semana
- Gold: 8h por dia nos 5 dias úteis da semana

Durante aproximadamente 10 anos de contratos, nunca foi acionado o suporte por telefone.

Em ambos, o suporte por meio de abertura de ticket (online) é o mesmo.

III.1.4 Contratação de serviço especializado por meio de operação assistida

Ao longo dos anos, os analistas da DTI realizaram diversas migrações e evoluções da ferramenta, bem como disponibilização de novas versões de portal etc. E, por se tratar de processos críticos e extremamente técnicos, dadas as alterações estruturais da ferramenta, é imprescindível prever a contratação de horas técnicas de especialistas, sob demanda, por meio de ordem de serviço com a especificação do objetivo e justificativa das atividades demandadas; datas acordadas para início e encerramento; listagem das atividades com quantidade de horas previstas; etc.

A utilização destas horas será destinada a sanar dificuldades técnicas diversas que estejam além do conhecimento da equipe e fora do escopo de suporte; seja como apoio em migrações, novos desenvolvimentos de portais e serviços ou, ainda, soluções que requeiram conhecimento avançado e atualizado sobre a ferramenta, conforme especificado no ANEXO II.

IV. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE:

IV.1 Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

* 2 licenças para ambiente de produção em cluster

* 2 licenças para ambiente de homologação em cluster

Justificativa: Dentro da Tecnologia da Informação (TI), cluster significa integrar dois ou mais computadores para que trabalhem simultaneamente no processamento de uma determinada tarefa, potencializando a sua eficiência. De acordo com análise técnica efetuada para execução dos contratos anteriores, o número adequado de computadores (nós) para o ambiente de cluster no TJSC é 2 (dois). A manutenção do cluster (com mais de uma licença em ambiente de produção) permite que as requisições dos usuários

ao portal sejam distribuídas entre os servidores web disponíveis, o que melhora sua disponibilidade e confere maior capacidade ao portal. As 2 (duas) licenças de homologação (também em cluster) possibilitam testes e análises dos sites, formulários e aplicações antes de sua disponibilização em ambiente idêntico ao definitivo. Portanto, justifica-se a definição das quantidades de licenças para os ambientes de produção e homologação como adequado ao bom desenvolvimento e provimento da solução escolhida.

IV.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Há alguns anos, a Diretoria de Tecnologia da Informação, após iniciar as definições de uma nova versão dinâmica do portal institucional identificou a necessidade de uma ferramenta CMS (sistema de gerenciamento de conteúdo) que oferecesse o suporte adequado. Naquela época, diversas ferramentas foram avaliadas e constatou-se que a ferramenta Liferay Portal atendia aos requisitos web priorizados e a plataforma de desenvolvimento adotada como padrão pelo Poder Judiciário (Java com acesso a banco de dados Oracle). Além disso, demonstrou grande aderência às premissas do projeto referente à versão 2.0 do Portal do Poder Judiciário catarinense, tais como a provisão de meios de garantir a descentralização da atualização das informações, uma boa ferramenta de busca, a classificação de conteúdos por perfil e a possibilidade de desenvolvimento de ferramentas, conforme necessário. A ferramenta foi então adotada em 2011, na sua versão Community (da comunidade, software livre).

Após dois anos usando a versão Community, sem suporte, em abril de 2013 a ferramenta selecionada foi adquirida em sua versão Enterprise, através do contrato n. 075/2013, proporcionando mais segurança e efetividade nas entregas de sites, hotspots, portais e formulários.

Desde então diversos portais foram disponibilizados usando o Liferay. Ao todo, além do portal principal, são mais de 30 portais internos, atualmente, diversas páginas de eventos etc.

Para garantir segurança, disponibilidade e robustez ao Portal Institucional disponibilizado em 2015 foi efetuada, através do contrato n. 105/2015, a subscrição de 2 (duas) licenças de produção (instaladas em ambiente de cluster, o que permite efetuar atualizações de versão, deploy de patches de correção ou de portlets desenvolvidos sem a necessidade de que o portal fique indisponível), e 1 (uma) licença de homologação para desenvolvimento.

Em 2016, considerando o aumento do número de acessos e carga, após os portais da Academia Judicial e Corregedoria-Geral de Justiça também terem sido migrados para a ferramenta, além de novos desenvolvimentos que refletiram a evolução do portal, realizou-se o incremento no número de licenças, com a subscrição de mais 1 (uma) licença para ambiente de produção em cluster a fim de suportar com segurança as demandas, bem como a subscrição de mais 1 (uma) licença de homologação no intuito de montar um cluster de homologação para reproduzir efetivamente o ambiente de produção, promovendo maior assertividade no desenvolvimento e testes de ferramentas antes de disponibilizá-las aos usuários. Essas licenças foram renovadas ano a ano.

Em janeiro de 2021 foram assinados novos contratos de subscrição de licenças e serviços (006/2021 e 007/2021), agora Liferay DXP (Plataforma de Experiência Digital) com mais recursos disponíveis em relação ao Liferay Portal, descontinuado pela fabricante e que teve suporte encerrado em fevereiro de 2021. Dentre esses recursos, podemos citar: maior compatibilidade com dispositivos móveis; evolução da tecnologia; maior desempenho, inclusive por meio de modularização; aprimoramento da ferramenta de pesquisa; incremento da segurança; e novos recursos de acessibilidade para criar páginas mais inclusivas para pessoas com deficiência.

Durante o ano de 2021 todo o portal foi migrado para a nova versão DXP pela equipe da DTI. E agora em 2024 está sendo migrado para a versão 7.4, ainda mais moderna e que permite mais produtividade nas entregas de páginas e portais.

Esses contratos de 36 meses e seus aditivos se encerram em janeiro de 2025. Com o fim dos contratos se aproximando, a fim de manter disponibilidade, robustez, segurança e demais premissas já citadas, se faz necessária uma nova contratação.

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no [Planejamento Estratégico Institucional](#) ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação? Não

IV.4 Haverá fixação de quantidade mínima por pedido, em caso de aquisição de bens?

Não se aplica.

IV.4.1 Qual a justificativa caso não se indique quantidade mínima por pedido?

Não se aplica.

V. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO e ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

SOLUÇÃO 1: Licenças da versão Community da ferramenta

É vantajosa sob o ponto de vista econômico (ferramenta gratuita). No entanto, não preenche os requisitos técnicos mínimos definidos pela equipe de TI, já que não se trata de uma versão totalmente estável, além de não prover suporte e atualizações de segurança. Desta forma, considerando a equipe técnica reduzida, isso pode causar vulnerabilidades no portal institucional, assim como nos diversos serviços e sistemas do PJSC, acessíveis por meio daquele.

SOLUÇÃO 2: Aquisição das licenças

Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted, com ElasticSearch, por 12 meses; e contratação de serviço especializado em suporte avançado para a Liferay DXP Self-Hosted nos termos deste documento.

- Item 1 – Subscrição de 2 licenças para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses;
- Item 2 – Subscrição de 2 licenças para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de homologação em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses;
- Item 3 – Contratação de 600 horas serviço especializado por meio de operação assistida para a Liferay Self-Hosted DXP 7.2 (em regime de empreitada por preço unitário pelo período de até 12 meses).

Observação 1: O termo self-hosted passou a ser utilizado pela Liferay em 2024 para a versão "on premise".

Solução	Descrição, considerando o ciclo de vida da solução	Requisito 1.1	Requisito 1.2	Requisito 1.3	Requisito 1.4	Valor estimado considerando o ciclo de vida da solução	Fonte da pesquisa de mercado
Solução 1	Licenças da versão Community da ferramenta	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Software livre	-
Solução 2.1	Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted + contratação de serviço especializado	Atende	Atende	Atende	Atende	R\$ 1.211.620,00	8491233
Solução 2.2	Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted + contratação de serviço especializado	Atende	Atende	Atende	Atende	R\$ 1.278.600,00	8491253
Solução 2.3	Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted + contratação de serviço especializado	Atende	Atende	Atende	Atende	R\$ 933.546,10	8491267

V.2 INDICAÇÃO SOBRE A NATUREZA DOS BENS (COMUM OU LUXO) APONTADOS NAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS:

Não se aplica.

VI. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

VI.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens? Não há óbice quanto à separação do item 3. Contudo, em relação aos itens 1 e 2, a equipe técnica entende que as licenças devem ser fornecidas pelo mesmo licitante (em lote ou grupo), haja vista que, na prática, os serviços de homologação e produção estão conectados e possuem uma relação intrínseca entre si. Ou seja, caso haja problema em um dos ambientes, seja produção, seja homologação, eventualmente uma empresa poderia transferir a responsabilidade para outra. Além do mais, há ganho de escala na comercialização dos 2 tipos de licenças pela mesma empresa, o que beneficia economicamente o ente público.

Portanto, é imprescindível que os itens 1 e 2 do objeto sejam adjudicados a uma empresa somente, pois tratam de licenças nos ambientes de produção e homologação. Separar estes itens pode trazer infortúnios durante a execução do contrato. Já o item 3 poderá ser fornecido por empresa diversa, já que trata de serviço especializado de suporte à ferramenta, em regime de empreitada por preço unitário.

VI.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução? A justificativa foi apresentada no item anterior.

VII. RESULTADOS PRETENDIDOS:

VII.1 Benefícios diretos

Conforme exposto, é imperativo manter uma ferramenta que possa garantir disponibilidade, segurança e evolução do portal institucional. Há que se considerar, ainda, o fato de a plataforma Liferay já ter sido adotada pela instituição e a pretensão de evoluir o ambiente, mantendo-se, ainda, o padrão adotado e a aderência às demais plataformas e ferramentas padronizadas utilizadas pelo TJSC.

Além disso, a manutenção dessa plataforma garante economia com migração de todo o portal, capacitação da equipe técnica e de edição, economia de tempo na curva de aprendizado de uma nova ferramenta, garantia na evolução na disponibilização de conteúdos, serviços e nas integrações (como já ocorre com acesso unificado - Single Sign On, por exemplo) etc.

VII.1 Benefícios indiretos

Está em andamento uma iniciativa do CNJ para adoção de um padrão mínimo para os portais dos tribunais e conselhos de Justiça e devemos estar preparados para tal, dispondo de uma ferramenta robusta e em uso por outros órgãos similares. O fato de outros Tribunais de Justiça (TJPR, TJRJ e TJPE) utilizarem a mesma ferramenta nos permite trocar experiências, conforme ocorreu recentemente em visita ao Tribunal de Justiça do Paraná.

VIII. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

VIII.1 Será necessário realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?

Não.

VIII.2 Será necessário realizar alguma adequação de ambiente para que o instrumento contratual possa ser celebrado?

Não.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

IX.1 Será necessária alguma contratação interdependente para o início desta que será contratada?

Não.

IX.2 Será necessária alguma contratação correlata a esta que será contratada?

Não.

X. IMPACTOS AMBIENTAIS e PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

X.1 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, preencher uma das seguintes alternativas

() Esta licitação possui item com critério de sustentabilidade indicado como requisito sustentável (indicar qual requisito foi estabelecido no item III);

() Apesar de haver critérios de sustentabilidade, optou-se por não adotá-los

(X) Não há critérios de sustentabilidade.

X.1.1 Qual a justificativa da não adoção de critérios de sustentabilidade ou de não haver critérios de sustentabilidade?

Não se aplicam critérios de sustentabilidade à contratação. Não haverá impacto no ambiente computacional, pois não haverá necessidade de mudança ou adequação para o uso da ferramenta.

X.2 Houve consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação?

Sim.

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDE À NECESSIDADE PÚBLICA:

A Solução que melhor atende é a Solução 2, por atender a todos os critérios.

O objeto pode ser descrito como "contratação de pessoa jurídica para subscrição de licenças Liferay DXP Self-hosted versão (suporte nível Gold) com Elasticsearch, que inclui garantia, atualização e suporte técnico; e horas de serviços especializados de operação assistida (empregada por preço unitário) - durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento."

XII. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE:

Trata-se da continuidade de uma solução já em uso que tem se mostrado muito adequada ao longo dos anos.

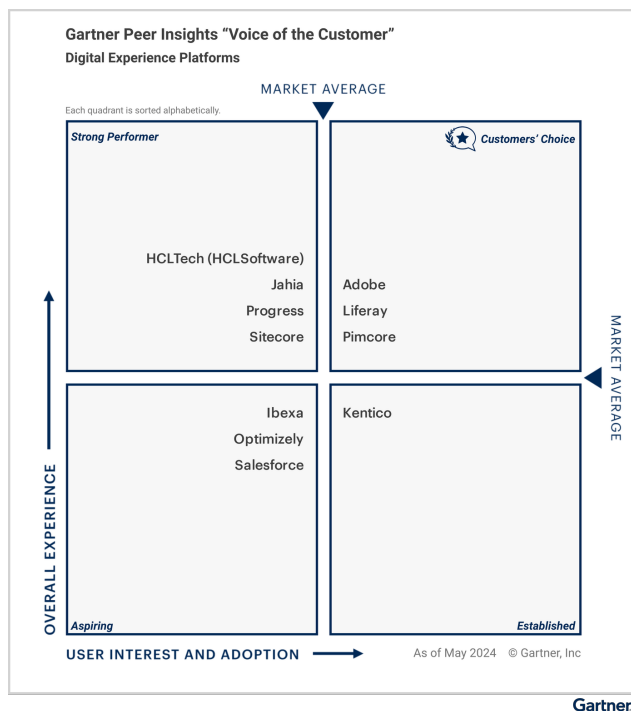
A instituição já dispõe de licenças de ferramenta fornecida pela Liferay, que se mostrou vantajosa tecnologicamente, conforme estudos realizados anteriormente pela equipe técnica da DTI e também pelos resultados da sua utilização ao longo dos anos. Em 2019, por meio de uma consultoria externa do Gartner (uso de horas do contrato 170/2017 em videoconferência), cuja especialista em Web Content Management (WCM) e Digital Experience Platforms (DXP) Irina Guseva (<https://www.gartner.com/analyst/79517/Irina-Guseva>), ao avaliar a possibilidade de mudança de ferramenta, indicou a manutenção do Liferay, pelo melhor custo-benefício em comparação com seus concorrentes diretos. Segundo a consultora, dentro do mesmo quadrante Gartner (ferramentas similares em funcionalidades etc.) esta é a que provê maior benefício econômico e tecnológico. Mais detalhes no documento 4844758.

Além disso, vale ponderar o legado tecnológico do Liferay, haja vista que o portal institucional (e grande quantidade de serviços oferecidos pelo PJSC aos jurisdicionados, aos servidores, aos membros e à sociedade em geral) foram desenvolvidos por meio dessa plataforma, bem como o investimento em treinamento dos analistas de sistemas e servidores que operam as ferramentas. Ou seja, além do investimento tecnológico e financeiro, considerando que implementar outra tecnologia seria mais dispendioso, há que se considerar o investimento na capacitação profissional e anos de experiência, de modo que a troca de tecnologia traria, sob esse ponto de vista, perda de eficiência e de economia em razão da gama de serviços atualmente disponíveis que necessitariam ser desenvolvidos novamente em uma ferramenta totalmente distinta, em vez de apenas migrados.

É uma ferramenta adequada ao uso pelo serviço público, tanto que podemos citar outros tribunais estaduais que utilizam a mesma ferramenta: TJPE, TJPR e TJRJ, além do TJRR (em fase de contratação), além de outros órgãos como o Exército Brasileiro, por exemplo.

Em 2016, os critérios do Quadrante Mágico da Gartner para Portais Horizontais foram alterados, se tornando Quadrante Mágico de Plataformas de Experiência Digital, onde a Liferay permaneceu no quadrante Leader. Foi neste ano que a Liferay lançou a Liferay Digital Experience Platform (DXP), sucessora do Liferay Portal EE (Enterprise Edition). Além do nome da plataforma, as principais mudanças se deram tanto na arquitetura do portal, passando a utilizar OSGi (Open Services Gateway Initiative - sistema de componentes para a plataforma Java) e aceitando frameworks de front-end mais atuais, quanto nas inovações e melhorias, visando facilitar o modo de uso da ferramenta.

O Liferay DXP 7.4, é a versão mais atual do produto. Embora em 2024 não seja mais líder no Quadrante Mágico de Plataformas de Experiência Digital, o próprio Gartner® afirma que o Liferay DXP reduz a complexidade técnica para as partes interessadas de TI e progrediu no suporte a usuários não técnicos, tornando sua solução muito mais acessível. Além disso, a Liferay foi nomeada a "Escolha dos Clientes" (Customers' Choice) no [relatório Gartner® Voice of the Customer para DXPs](#). Dentre os 11 fornecedores envolvidos na avaliação, foram uma das três únicas plataformas a receber o título de Customers' Choice.



XIII. PLANO DE SUSTENTAÇÃO:

XIII.1 Recursos necessários à continuidade do objeto contratado durante e após a execução do contrato

a) **Recursos Materiais:** já disponíveis no setor.

b) **Recursos Humanos:** já disponíveis no setor

XIII.2 Estratégia de continuidade contratual em eventual interrupção

XIII.2.1 Controle da qualidade no atendimento do suporte: acordo de nível de serviço.

Responsável: DTI/ Divisão de Apoio a Gestão e Governança de TI.

XIII.2.2 Rescisão do contrato ou renovação intempestiva: De acordo com informações do fabricante, a subscrição dá direito a uma licença perpétua. Assim, caso o ambiente não sofra alterações, o serviço se manterá ativo. Contudo, o suporte será descontinuado e isso fará com que percamos o direito às atualizações do fabricante, inclusive as de segurança, e correções de bugs, o que não é recomendado. Caso o TJSC venha a rescindir os serviços e queira retomá-los posteriormente, taxas de reintegração poderão ser exigidas conforme a política vigente à época. Assim, é preciso gerir o contrato de modo que não ocorram interrupções na subscrição. Caso aconteça, será necessário verificar a taxa de reintegração. Sugere-se a avaliação dos serviços prestados e o início de um novo processo licitatório de 6 a 7 meses antes do término da vigência do contrato. Como se trata de serviço de natureza continuada, entende-se que o contrato deve ser passível de renovação dentro do período máximo previsto em lei.

Responsável: DTI/Divisão de Apoio a Gestão e Governança de TI.

XIII.3 Ações para transição e encerramento contratual: como o licenciamento para utilização do software da ferramenta de portal é perpétuo, perde-se apenas acesso ao suporte até que haja renovação da contratação.

XIII.4 Estratégia de Independência do PJSC com relação à empresa contratada: não se aplica. Vale ainda ressaltar que a solução Liferay DXP é de código aberto.

PROJETO BÁSICO - ID PCA (UR/Nº DTI210)

Projeto básico com regime da Lei n. 14.133/21

I. UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Tecnologia da Informação

II. OBJETO:

- Item 1 – Subscrição de **2 licenças para ambiente de produção** em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses;
- Item 2 – Subscrição de **2 licenças para ambiente de homologação** em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de homologação em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses.

A) CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAL/SERVIÇO: Sugere-se usar o CÓDIGO DO COMPRASNET (CATSER) = 26972

B) MARCA DE REFERÊNCIA: não se aplica.

C) ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Os chamados de suporte técnico referentes às licenças e ambiente (itens 1 e 2) deverão ser abertos no ambiente da Liferay, por meio do acesso concedido à equipe técnica responsável na DTI. Demais solicitações referentes a entrega de documentações, assim como dúvidas e afins, deverão ser efetuadas por meio de e-mail institucional acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

D) LOCAL DE ENTREGA DO BEM OU LOCAL DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

Itens 1 e 2: O acesso às licenças, tanto temporárias quanto definitivas, bem como a arquivos de atualizações, documentação, patches de correção e abertura de chamados (tickets) serão feitos de forma online, por meio de ambiente específico Liferay. Para tanto, deverão ser disponibilizados usuários e senhas de acesso;

Demais solicitações referentes a entrega de documentações, assim como dúvidas e afins, deverão ser efetuadas por meio de e-mail institucional acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

E) FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE: a entrega dos itens 1 e 2 será única.

F) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

1. A partir do recebimento da ordem de serviço iniciará, para a CONTRATADA, o prazo para a disponibilização das chaves temporárias de licenças (itens 1 e 2 do objeto), que será de, no máximo 10 dias (sem perda, nesse período do acesso para abertura de chamados e atualizações de versão).

1.1. O TJSC possui licenças registradas desde 21/02/2021 e que expiram em 11/03/2121. O objetivo da disponibilização das chaves de licenças e o acesso ao suporte, que visa a garantir a correção de erros identificados durante o uso da ferramenta e que possam prejudicar a disponibilização de serviços e de conteúdo no portal institucional. Além disso, dá direito às atualizações da ferramenta, que contemplam normalmente correções relacionadas à segurança e suportam a evolução tecnológica. Embora as licenças tenham validade de 100 anos, somente a subscrição das chaves destas dá direito ao suporte e às atualizações. Assim, durante o prazo estabelecido para disponibilização das chaves temporárias de licenças, o Portal Institucional não corre o risco de ficar fora do ar.

2. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no edital, será recebido da seguinte forma:

2.1 provisoriamente, no ato da entrega do(s) bem(ns) e mediante termo detalhado atestando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para o caso de serviços;

2.2 definitivamente, por servidor da área técnica ou comissão composta de três membros, desde que os pedidos superem, individualmente, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações do edital.

3. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 3 (três) dias úteis correção de irregularidades do objeto entregue dias, a partir da notificação, para realizar a substituição/regularização necessária.

G) DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA UNIDADE REQUISITANTE:

Para o caso do item 1 e do item 2, a CONTRATADA deverá apresentar, garantia contratual de 5% no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, sob pena de 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia, limitada a 2% (dois por cento), sobre o valor do contrato pelo atraso.

Isso se justifica porque o pagamento será realizado no início da contratação e de forma integral. Assim, o TJSC terá assegurada proteção contra eventuais prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, inclusive as decorrentes do não atendimento dos níveis mínimos de serviço; obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

III. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O Termo de Consolidação da Pesquisa de Preços (doc. 8666181) detalha a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência do procedimento licitatório e integra o processo desta contratação.

IV. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: instrumento contratual.

A) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;

2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

3. Não transferir a terceiros, mesmo que parcialmente, os serviços contratados, sem prévia anuência por escrito do CONTRATANTE;

4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiro que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

5. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

6. Disponibilizar profissionais habilitados e devidamente qualificados para o desempenho dos serviços;

7. Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;

8. Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;

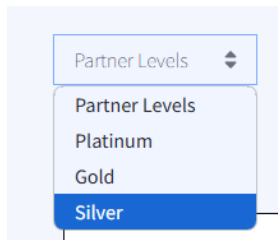
9. Respeitar os prazos previstos neste projeto básico;

10. Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;

11. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
12. Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;
13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;
14. Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme ou crachá de identificação;
15. Comprovar a qualificação mínima da equipe profissional alocada na prestação dos serviços, conforme previsto neste projeto básico, sob pena de inexecução contratual;
16. Para os itens 1 e 2 a CONTRATADA deverá comprovar, em até **30 (trinta)** dias após a assinatura do contrato, ser fornecedora ou parceiro autorizado Liferay, na categoria Silver ou superior (<https://www.liferay.com/pt/services/partners?countryA2Codes=BR>), demonstrando estar autorizada a comercializar produtos para órgãos públicos.

Destaca-se que a referida qualificação técnica pode ser consultada a qualquer tempo, diretamente no site da fabricante, através do link informado acima.

Justificativa: A exigência se justifica pela necessidade de a contratada estar autorizada a comercializar os produtos Liferay para órgãos públicos (cenário diferente de contratações por empresas privadas). A categoria foi indicada apenas para destacar que qualquer parceira, desde que autorizada a comercializar a ferramenta para órgãos públicos, pode participar, visto que as os níveis existentes são Silver, Gold e Platinum, conforme imagem a seguir:



17. Dar conhecimento do Programa de Integridade das Contratações e do Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, implementados pela [Resolução GP n. 30/2021](#), aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, inclusive à subcontratada e seus funcionários, se for o caso, estando todos cientes das normas éticas, da vedação de práticas de fraude e corrupção, da responsabilização e das penalidades previstas para atos lesivos.

18. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta. Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimento

18.1 Enviar eletronicamente para o endereço dmp.contrato@tjsc.jus.br o pedido de prorrogação de prazo até as 19h da data-limite para a entrega do produto, endereçando-o à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019 (disponível no link <http://busca.tjsc.jus.br/buscatextual/integra.do?cdSistema=1&cdDocumento=174032&cdCategoria=1&q=&frase=&excluir=&qualquer=&prox1=&prox2=&prox3=>).

18.2 Caso o pedido não possa ser enviado eletronicamente por não cumprir os requisitos estabelecidos no art. 18 da referida Resolução, a CONTRATADA, deverá protocola-lo na Seção de Protocolo, no piso térreo do edifício-sede deste Tribunal, localizado à Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-901, das 12 às 19 horas, respeitada a data limite para entrega do produto;

19. o pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá estar instruído com, no mínimo, as informações abaixo:

- 19.1 identificação do objeto, número do Pregão, número da Ordem de Serviço;
- 19.2 justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação;
- 19.3 documentação comprobatória; e
- 19.4 indicação do novo prazo a ser cumprido.

20. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos incisos anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

20.1 Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

20.2 Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

20.3 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega.

B) DAS OBRIGAÇÕES DO PJSC

1. Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;
2. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;
3. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;
4. Publicar o extrato do contrato, seus aditivos, bem como os apostilamentos, se ocorrerem, no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato —, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do Tribunal de Justiça, no endereço www.tjsc.jus.br., e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando concluída integração do sistema que viabilize a transferência de dados;
5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
6. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção;

7. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e
8. Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato, nos moldes da Resolução GP n. 78/2023.

V. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A) FISCALIZAÇÃO

1. O PJSC exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos dos arts. 41 a 44 da Resolução GP n. 78/2023 e do [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#).
2. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI e, em situações excepcionais, por meio de mensagem eletrônica (e-mail);
3. Compete ao Fiscal Técnico:
- 3.1 zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;
- 3.2 verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- 3.3 acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- 3.4 indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.
4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Programa de Integridade das Contratações, implementado pela [Resolução GP n. 30/2021](#);
5. A fiscalização do PJSC poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.
6. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.
7. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

8. Equipe de fiscalização:

GESTOR DO CONTRATO	Diretor de Tecnologia da Informação ou a quem tenha sido delegada a função
FISCAL TÉCNICO	Servidora da Seção de Portal Web e Processos de TI
FISCAL ADMINISTRATIVO	Chefe da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Demandante ou Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Chefe da Seção de Recebimento de Bens/Divisão de Almoxarifado

B) PENALIDADES

1. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021.
2. A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando a infração administrativa corresponder a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.
3. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:
- 3.1 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia, limitada a 2% (dois por cento), sobre o valor do contrato pelo não cumprimento do prazo de entrega dos itens 1 e 2, seja para o caso das chaves provisórias, seja para o das definitivas;
- 3.2 0,1% (zero vírgula um por cento), por dia, limitada a 1% (um por cento), sobre o valor do contrato pelo atraso na entrega dos serviços Gold (conforme especificado no anexo II);
- 3.3 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia, limitada a 2% (dois por cento) , sobre o valor do contrato pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica;
- 3.4 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia, limitada a 2% (dois por cento), sobre o valor do contrato pelo atraso na apresentação da garantia contratual ou da garantia contratual complementar;
- 3.5. 0,5% a 5% sobre o valor do contrato em razão da litigância de má-fé.
- 3.5.1 considera-se litigante de má-fé aquele que:
- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- II - alterar a verdade dos fatos; ou
- III - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

VI. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

- A) MAPA DE RISCOS:** Mapa de Riscos Gerais da contratação foi realizado pelo PJSC e faz parte do processo de contratação (SEI n. 0015011-35.2020.8.24.0710).

B) MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

- (x) os riscos contratuais foram alocados nas obrigações contratuais, não se vislumbrando necessidade de elaboração de matriz de riscos específica.
- () não se aplica, pois não se enquadra nos requisitos do art. 22, §2º, da Lei n. 14.133/2021.
- () se aplica e consta das obrigações da contratação, implementando-se o seguinte quadro

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- a) O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite da Divisão de Apoio a Gestão e Governança de TI e lançamento da nota fiscal no sistema pela Divisão de Almoxarifado, as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente executada:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)*	Valor Total Estimado (R\$)*
1	1	Subscrição de licença para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	Unidade	2		
	2	Subscrição de licença para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	Unidade	2		

*Valores de acordo com a proposta vencedora.

b) As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

1. A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de relatórios circunstanciados dos serviços efetivamente realizados e das respectivas ordens de serviço, no endereço eletrônico dti.dagg@tjsc.jus.br obedecidos os requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da [Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019](#), endereçando-o à Divisão de Apoio à Gestão e Governança de TI, da Diretoria de Tecnologia da Informação.

2. Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;

3. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço da tabela 06 da EFD-REINF, adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação;

4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

4.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;

4.2 comprovante da regularidade para com o FGTS; e

4.3 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

5. Os comprovantes de regularidade:

5.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

5.2 serão substituídos por documento emitido pela Diretoria de Material e Patrimônio caso a CONTRATADA possua cadastro com o PJSC (com as certidões dentro do prazo de validade) ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);

6. No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho. O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

6.1 o contribuinte estiver no Simples Nacional;

6.2 na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou

6.3 da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

7. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei, sem prejuízo da indicação, na nota fiscal, do código de serviço da tabela 06 da EFD-REINF, adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação (conforme item 3). As retenções serão feitas no pagamento.

c) Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

1. Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e,

2. Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

d) Verificando-se a existência do risco de atribuição de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

e) O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

f) No caso do não pagamento da nota fiscal até o 10º (décimo) dia útil, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 11º (décimo primeiro) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), nos termos do art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

g) Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão estar atrelados a raiz do CNPJ constante da proposta que originou este contrato.

VIII. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL: não se aplica.

B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL: não se aplica.

C) CONSÓRCIO:

A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversas entidades empresárias individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

Vale ressaltar que a doutrina reconhece que a formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. Diante desses pontos negativos, a participação de consórcios em procedimentos licitatórios só deve ser autorizada quando puderem ser observadas vantagens para o PJSC, o que não se verifica no caso em apreço.

D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

IX. QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO FORMULÁRIO-PROPOSTA:

Não cabe a aplicação das prerrogativas ME/EPP, considerando que o valor da contratação anual de cada item ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como é inviável a reserva de cota destinada à participação exclusiva, por não se tratar da contratação de bem de natureza divisível, mas de contratação de serviço.

Grupo 1

Item 1 - Subscrição de licença para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch - 2 unidades

Item 2 - Subscrição de licença para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch - 2 unidades

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Subscrição de licença para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	licença	2		
2	Subscrição de licença para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte nível Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch	licença	2		
VALOR TOTAL DO GRUPO					

X. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico.

XI. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

XII. PRAZOS

a) De execução do serviços: 12 (doze) meses, a contar **do recebimento** da ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante termo aditivo, se houver interesse das partes;

b) Para a disponibilização das chaves temporárias das licenças: 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

c) Para a disponibilização das chaves definitivas das licenças: 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

d) De apresentação da garantia contratual: máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços estão previstos no projeto básico anexo.

XIII. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO

a) A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

b) O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

c) O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

d) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1) Referente a subscrição de licenças, incluindo suporte, garantia, atualizações de versão e correções de segurança:

Para os itens 1 e 2: deverá ser parceira do fabricante Liferay (<https://www.liferay.com/pt/services/partners?countryA2Codes=BR>), demonstrando que está autorizada a comercializar produtos para órgãos públicos. Esta exigência se justifica porque o fabricante da plataforma Liferay DXP permite a comercialização do produto para o setor público apenas por representantes devidamente certificados.

A CONTRATADA deverá fornecer subscrição 2 licenças para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted e 2 licenças para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted, sendo que o valor de subscrição de licença já inclui atualizações e suporte durante 12 meses a partir do início da vigência do contrato. Por subscrição entende-se assinatura da licença pelo período de 12 meses. Caso não haja continuidade da contratação de subscrição das licenças, as mesmas devem se manter aptas para uso perpétuo pelo CONTRATANTE, sem prejuízo aos portais disponibilizados, ainda que sem direito a atualizações e suporte.

O suporte, conforme contratação de nível Gold, deverá seguir o que consta <https://www.liferay.com/subscription-services>, de acordo com a imagem a seguir, podendo sofrer as sanções cabíveis constantes neste edital em caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos:

Níveis de Suporte

	Gold	Platinum	Premium (disponível apenas para o Liferay SaaS)
Suporte online	✓	✓	✓
Help Center/Base de conhecimento	✓	✓	✓
Sistema de envio de tickets	✓	✓	✓
Horário comercial regional	✓	✓	✓
Suporte 24/7 *	✗	✓	✓
Resposta de emergência*	✗	✓	✓
Tempo máximo de resposta	2 dias úteis	1 dia útil	1 dia útil
Contatos designados	2	3+	3+
Gerenciamento completo da plataforma	✗	✗	✓

* Para incidentes de severidade 1 relatados por telefone

O serviço de suporte técnico cobrirá um ambiente operacional (produção e homologação) constituído de um ou mais servidores até o limite de 8 (oito) processadores instalados, para cada licença, independentemente de partições físicas ou virtuais. Deverá contemplar todas as características descritas no site do fabricante.

A abertura de chamados técnicos será realizada via telefone ou via aplicação web fornecido pela CONTRATADA, quando então serão fornecidas as informações relativas ao problema detectado e de acordo com a severidade que o caso requer, conforme status do sistema:

- Completamente desligado
- Severamente impactado ou inoperativo
- Instável com interrupções periódicas
- Funcionando com capacidades limitadas
- Totalmente funcional com erros observados

Os chamados de suporte terão origem em decorrência de qualquer uma das formas: instalação, configuração ou problema detectado pela equipe técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJSC no tocante ao pleno funcionamento do software. É facultado ao TJSC efetuar número ilimitado de chamados de suporte durante a vigência do contrato para suprir as necessidades de utilização do software Liferay DXP.

A CONTRATADA deverá fornecer um conjunto de pelo menos dois identificadores e respectivas senhas de acesso ao sistema web de abertura e acompanhamento de chamados para permitir a identificação dos chamados abertos pelo TJSC. O TJSC fornecerá a lista com identificação das pessoas autorizadas a abrir chamados de suporte para o software adquirido.

As regras complementares de funcionamento da Central de Atendimento Técnico, bem como outras condições para a prestação dos serviços de suporte técnico remoto, que não violem as acima estabelecidas, deverão ser formalmente comunicadas à área técnica responsável da DTI do TJSC no início da vigência do Contrato e sempre que sofrerem alterações.

ANEXO III

APOSTILA N. 000/20XX.00X

OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços continuados de subscrição de 2 (duas) licenças para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses (item 1) e subscrição de 2 (duas) licenças para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de homologação em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses (item 2), para entrega única.

CONTRATADA: xxxxxx.

Constitui objeto da presente apostila a formalização da opção da CONTRATADA pela modalidade de garantia xxxxxxxx.

Informações em cumprimento à Lei Estadual 17.983, de 19.8.2020, estão disponíveis para consulta no QRCode:



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 10/12/2024, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **8914968** e o código CRC **F683DE87**.

0005507-63.2024.8.24.0710

8914968v2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

MINUTA DE CONTRATO

Modelo Padrão Lei 14.133/2021 - EPU/EPG - Versão 006

Processo n.: 0005507-63.2024.8.24.0710

CONTRATO N. 000/20XX

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **ALEXSANDRO POSTALI**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, estabelecida na Avenida Xxxxx Xxxxxx, XXXX, Xxxxxxx, Xxxxxx/SC, CEP xxxx, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0000-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Senhor **XXXXX XXXXXXXX**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. **0005507-63.2024.8.24.0710**, referente ao Pregão Eletrônico n. **90154/2024**, homologado em Xx.X.202x, mediante as cláusulas a seguir.

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados especializados por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, pelo período de 12 (doze) meses, para execução no regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário, ou seja, a prestação devida à **CONTRATADA** é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente executadas.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. **0005507-63.2024.8.24.0710** e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A **CONTRATADA** deve entrar em contato com a Divisão de Apoio à Gestão e Governança de TI (DTI/DAGG) após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas,

no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§ 5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no projeto básico anexo.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no projeto básico anexo.

DO CRÉDITO

Cláusula sexta. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado, classificação funcional programática 03.091.02.126.0926, natureza da despesa 3.3.90.40, com recursos oriundos do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ/Sidejud), para o exercício de 2025.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o(s) exercício(s) seguintes constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do Órgão 03000 – Tribunal de Justiça do Estado – do(s) referido(s) exercício(s) financeiro(s).

DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente executada:

Item	Descrição	Quantidade anual estimada	Valor unitário (R\$)
3	Contratação de serviços continuados especializados por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, pelo período de 12 (doze) meses, para execução no regime de empreitada por preço unitário	600	

Parágrafo único. As demais previsões acerca do pagamento constam do projeto básico anexo.

DO REAJUSTE

Cláusula oitava. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de 04/10/2024, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§ 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§ 2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula nona. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no projeto básico anexo.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com correção monetária pelo índice oficial de inflação do Brasil.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do PJSC, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima primeira. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima terceira. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima quarta. Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações;

II – de execução dos serviços: 12 (doze) meses, a contar do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços estão previstos no projeto básico anexo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima quinta. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no [Portal da Transparência](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato) do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao exercício (ano) e o número do contrato — e no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do PJSC, no endereço www.tjsc.jus.br, até que seja efetivamente disponibilizado, para o PJSC, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de garantir a ampla publicidade.

DO FORO

Cláusula décima sexta. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato.

ANEXO I

PROJETO BÁSICO - ID PCA (UR/Nº DTI210)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIDADE DEMANDANTE: Diretoria de Tecnologia da Informação

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA:

I.1 Qual a necessidade pública? Manutenção do portal web institucional do Poder Judiciário de

I.2 Será uma contratação inédita? Não.

I.3 Como esta necessidade pública vem sendo atendida até o momento? Por meio da ferramenta LiferaY DXP, cujos contratos vem se repetindo há 10 anos.

I.3.1 Qual o número do processo administrativo da contratação anterior? SEI n. 0012560-37.2020.8.24.0710

I.4 Em que data a contratação para o atendimento desta necessidade precisa estar vigente? 1º/2/2025

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

II.1 - Identificação da demanda no PCA: UR DTI210.

II.2 - Identificação da demanda no PCSTIC: DTI210

Foi prevista a possibilidade de contratação compartilhada com outros órgãos, no caso de aquisição de bens por Sistema de Registro de Preços, conforme a Res. GP n. 02/2022?

() sim, razão pela qual podem ser consultados os órgãos públicos participantes do Termo de Cooperação Técnica n. 47/2021

(x) não. Justifique

Esse tipo de ferramenta não permite a contratação compartilhada.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

III.1 Requisitos Funcionais

III.1.1 Manutenção da ferramenta atualmente em uso

A instituição já dispõe de licenças de ferramenta fornecida pela LiferaY, que se mostrou vantajosa tecnologicamente ao longo dos anos.

A substituição por outra ferramenta implicaria, além do investimento tecnológico e financeiro, o investimento na capacitação profissional e anos de experiência da equipe. Sob esse ponto de vista, entende-se que a troca de tecnologia traria perda de eficiência e de economia, e muitos riscos atrelados à grande quantidade de serviços disponibilizados atualmente no portal institucional.

Além disso, é uma ferramenta de mercado com imagem solidificada e em uso por grandes empresas, tais como Smiles, Unimed, Embrapa, bem como tribunais estaduais (TJPE, TJPR e TJRJ) e diversos outros órgãos.

III.1.2 Manutenção do ambiente em cluster

A manutenção do cluster (com mais de uma licença em ambiente de produção) permite que as requisições dos usuários ao portal sejam distribuídas entre os servidores web disponíveis, o que melhora sua disponibilidade e confere maior capacidade ao portal. As duas licenças de homologação (também em cluster) possibilitam testes e análises dos sites, formulários e aplicações antes de sua disponibilização em ambiente definitivo. Vale ressaltar que a clusterização é padrão de mercado para ambientes em que se busque garantir disponibilidade, o que é o caso do portal institucional que é a porta de entrada para todos os serviços oferecidos por este tribunal.

III.1.3 Suporte técnico

A contratação da subscrição de licenças (modelo comercial adotado pela fabricante mundial desta ferramenta) inclui suporte que visa a garantir a correção de erros identificados durante o uso da ferramenta e que possam prejudicar a disponibilização de serviços e de conteúdo no portal institucional. Além disso, dá direito às atualizações da ferramenta, que contemplam normalmente correções relacionadas à segurança e suportam a evolução tecnológica. Embora as licenças sejam perpétuas, somente a subscrição anual destas dá direito ao suporte e às atualizações. Faz-se necessário garantir o suporte à ferramenta LiferaY DXP por meio de nova subscrição.

O suporte Gold já nos atende, visto que a única diferença entre os suportes Gold e Platinum está no atendimento telefônico:

- Platinum: disponível 24h por dia nos 7 dias da semana
- Gold: 8h por dia nos 5 dias úteis da semana

Durante aproximadamente 10 anos de contratos, nunca foi acionado o suporte por telefone. Em ambos, o suporte por meio de abertura de ticket (online) é o mesmo.

III.1.4 Contratação de serviço especializado por meio de operação assistida

Ao longo dos anos, os analistas da DTI realizaram diversas migrações e evoluções da ferramenta, bem como disponibilização de novas versões de portal etc. E, por se tratar de processos críticos e extremamente técnicos, dadas as alterações estruturais da ferramenta, é imprescindível prever a contratação de horas técnicas de especialistas, sob demanda, por meio de ordem de serviço com a especificação do objetivo e justificativa das atividades demandadas; datas acordadas para início e encerramento; listagem das atividades com quantidade de horas previstas; etc.

A utilização destas horas será destinada a sanar dificuldades técnicas diversas que estejam além do conhecimento da equipe e fora do escopo de suporte; seja como apoio em migrações, novos desenvolvimentos de portais e serviços ou, ainda, soluções que requeiram conhecimento avançado e atualizado sobre a ferramenta, conforme especificado no ANEXO II.

IV. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE:

IV.1 Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

* 600 horas de serviço especializado por meio de operação assistida

Justificativa: Quanto às 600 horas de serviço especializado para o período de 12 meses, levou-se em conta o quantitativo definido no contrato anterior (1500 horas para 36 meses), estimando um valor médio anual de acordo com as atividades previstas para os próximos anos de uso da ferramenta.

IV.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Há alguns anos, a Diretoria de Tecnologia da Informação, após iniciar as definições de uma nova versão dinâmica do portal institucional identificou a necessidade de uma ferramenta CMS (sistema de gerenciamento de conteúdo) que oferecesse o suporte adequado. Naquela época, diversas ferramentas foram avaliadas e constatou-se que a ferramenta Liferay Portal atendia aos requisitos web priorizados e a plataforma de desenvolvimento adotada como padrão pelo Poder Judiciário (Java com acesso a banco de dados Oracle). Além disso, demonstrou grande aderência às premissas do projeto referente à versão 2.0 do Portal do Poder Judiciário catarinense, tais como a provisão de meios de garantir a descentralização da atualização das informações, uma boa ferramenta de busca, a classificação de conteúdos por perfil e a possibilidade de desenvolvimento de ferramentas, conforme necessário. A ferramenta foi então adotada em 2011, na sua versão Community (da comunidade, software livre).

Após dois anos usando a versão Community, sem suporte, em abril de 2013 a ferramenta selecionada foi adquirida em sua versão Enterprise, através do contrato n. 075/2013, proporcionando mais segurança e efetividade nas entregas de sites, hotspots, portais e formulários.

Desde então diversos portais foram disponibilizados usando o Liferay. Ao todo, além do portal principal, são mais de 30 portais internos, atualmente, diversas páginas de eventos etc.

Para garantir segurança, disponibilidade e robustez ao Portal Institucional disponibilizado em 2015 foi efetuada, através do contrato n. 105/2015, a subscrição de 2 (duas) licenças de produção (instaladas em ambiente de cluster, o que permite efetuar atualizações de versão, deploy de patches de correção ou de portlets desenvolvidos sem a necessidade de que o portal fique indisponível), e 1 (uma) licença de homologação para desenvolvimento.

Em 2016, considerando o aumento do número de acessos e carga, após os portais da Academia Judicial e Corregedoria-Geral de Justiça também terem sido migrados para a ferramenta, além de novos desenvolvimentos que refletiram a evolução do portal, realizou-se o incremento no número de licenças, com a subscrição de mais 1 (uma) licença para ambiente de produção em cluster a fim de suportar com segurança as demandas, bem como a subscrição de mais 1 (uma) licença de homologação no intuito de montar um cluster de homologação para reproduzir efetivamente o ambiente de produção, promovendo maior assertividade no desenvolvimento e testes de ferramentas antes de disponibilizá-las aos usuários. Essas licenças foram renovadas ano a ano.

Em janeiro de 2021 foram assinados novos contratos de subscrição de licenças e serviços (006/2021 e 007/2021), agora Liferay DXP (Plataforma de Experiência Digital) com mais recursos disponíveis em relação ao Liferay Portal, descontinuado pela fabricante e que teve suporte encerrado em fevereiro de 2021. Dentre esses recursos, podemos citar: maior compatibilidade com dispositivos móveis; evolução da tecnologia; maior desempenho, inclusive por meio de modularização; aprimoramento da ferramenta de pesquisa; incremento da segurança; e novos recursos de acessibilidade para criar páginas mais inclusivas para pessoas com deficiência.

Durante o ano de 2021 todo o portal foi migrado para a nova versão DXP pela equipe da DTI. E agora em 2024 está sendo migrado para a versão 7.4, ainda mais moderna e que permite mais produtividade nas entregas de páginas e portais.

Esses contratos de 36 meses e seus aditivos se encerram em janeiro de 2025. Com o fim dos

contratos se aproximando, a fim de manter disponibilidade, robustez, segurança e demais premissas já citadas, se faz necessária uma nova contratação.

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no Planejamento Estratégico Institucional ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?
Não

IV.4 Haverá fixação de quantidade mínima por pedido, em caso de aquisição de bens?
Não se aplica.

IV.4.1 Qual a justificativa caso não se indique quantidade mínima por pedido?
Não se aplica.

V. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO e ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

SOLUÇÃO 1: Licenças da versão Community da ferramenta

É vantajosa sob o ponto de vista econômico (ferramenta gratuita). No entanto, não preenche os requisitos técnicos mínimos definidos pela equipe de TI, já que não se trata de uma versão totalmente estável, além de não prover suporte e atualizações de segurança. Desta forma, considerando a equipe técnica reduzida, isso pode causar vulnerabilidades no portal institucional, assim como nos diversos serviços e sistemas do PJSC, acessíveis por meio daquele.

SOLUÇÃO 2: Aquisição das licenças

Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted, com ElasticSearch, por 12 meses; e contratação de serviço especializado em suporte avançado para a Liferay DXP Self-Hosted nos termos deste documento.

- Item 1 – Subscrição de 2 licenças para ambiente de produção em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de produção em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses;
- Item 2 – Subscrição de 2 licenças para ambiente de homologação em cluster do Liferay DXP Self-Hosted (suporte Gold, garantia e atualização) com 3 instâncias (também para o ambiente de homologação em cluster) do ElasticSearch - por 12 meses;
- Item 3 – Contratação de 600 horas serviço especializado por meio de operação assistida para a Liferay Self-Hosted DXP 7.2 (em regime de empreitada por preço unitário pelo período de até 12 meses).

Observação 1: O termo self-hosted passou a ser utilizado pela Liferay em 2024 para a versão "on premise".

Solução	Descrição, considerando o ciclo de vida da solução	Requisito 1.1	Requisito 1.2	Requisito 1.3	Requisito 1.4	Valor estimado considerando o ciclo de vida da solução	Fonte da pesquisa de mercado
Solução 1	Licenças da versão Community da ferramenta	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Software livre	-
Solução 2.1	Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted + contratação de serviço especializado	Atende	Atende	Atende	Atende	R\$ 1.211.620,00	8491233
Solução 2.2	Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted + contratação de serviço especializado	Atende	Atende	Atende	Atende	R\$ 1.278.600,00	8491253

Solução 2.3	Aquisição de subscrição de licenças Liferay DXP Self-Hosted + contratação de serviço especializado	Atende	Atende	Atende	Atende	R\$ 933.546,10	8491267
-------------	--	--------	--------	--------	--------	----------------	---------

V.2 INDICAÇÃO SOBRE A NATUREZA DOS BENS (COMUM OU LUXO) APONTADOS NAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS:

Não se aplica.

VI. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

VI.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens? Não há óbice quanto à separação do item 3. Contudo, em relação aos itens 1 e 2, a equipe técnica entende que as licenças devem ser fornecidas pelo mesmo licitante (em lote ou grupo), haja vista que, na prática, os serviços de homologação e produção estão conectados e possuem uma relação intrínseca entre si. Ou seja, caso haja problema em um dos ambientes, seja produção, seja homologação, eventualmente uma empresa poderia transferir a responsabilidade para outra. Além do mais, há ganho de escala na comercialização dos 2 tipos de licenças pela mesma empresa, o que beneficia economicamente o ente público.

Portanto, é imprescindível que os itens 1 e 2 do objeto sejam adjudicados a uma empresa somente, pois tratam de licenças nos ambientes de produção e homologação. Separar estes itens pode trazer infortúnios durante a execução do contrato. Já o item 3 poderá ser fornecido por empresa diversa, já que trata de serviço especializado de suporte à ferramenta, em regime de empreitada por preço unitário.

VI.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução? A justificativa foi apresentada no item anterior.

VII. RESULTADOS PRETENDIDOS:

VII.1 Benefícios diretos

Conforme exposto, é imperativo manter uma ferramenta que possa garantir disponibilidade, segurança e evolução do portal institucional. Há que se considerar, ainda, o fato de a plataforma Liferay já ter sido adotada pela instituição e a pretensão de evoluir o ambiente, mantendo-se, ainda, o padrão adotado e a aderência às demais plataformas e ferramentas padronizadas utilizadas pelo TJSC.

Além disso, a manutenção dessa plataforma garante economia com migração de todo o portal, capacitação da equipe técnica e de edição, economia de tempo na curva de aprendizado de uma nova ferramenta, garantia na evolução na disponibilização de conteúdos, serviços e nas integrações (como já ocorre com acesso unificado - Single Sign On, por exemplo) etc.

VII.1 Benefícios indiretos

Está em andamento uma iniciativa do CNJ para adoção de um padrão mínimo para os portais dos tribunais e conselhos de Justiça e devemos estar preparados para tal, dispondo de uma ferramenta robusta e em uso por outros órgãos similares. O fato de outros Tribunais de Justiça (TJPR, TJRJ e TJPE) utilizarem a mesma ferramenta nos permite trocar experiências, conforme ocorreu recentemente em visita ao Tribunal de Justiça do Paraná.

VIII. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

VIII.1 Será necessário realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?

Não.

VIII.2 Será necessário realizar alguma adequação de ambiente para que o instrumento contratual possa ser celebrado?

Não.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

IX.1 Será necessária alguma contratação interdependente para o início desta que será contratada?

Não.

IX.2 Será necessária alguma contratação correlata a esta que será contratada?

Não.

X. IMPACTOS AMBIENTAIS e PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

X.1 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, preencher uma das seguintes alternativas

() Esta licitação possui item com critério de sustentabilidade indicado como requisito sustentável (indicar qual requisito foi estabelecido no item III);

() Apesar de haver critérios de sustentabilidade, optou-se por não adotá-los

(X) Não há critérios de sustentabilidade.

X.1.1 Qual a justificativa da não adoção de critérios de sustentabilidade ou de não haver critérios de sustentabilidade?

Não se aplicam critérios de sustentabilidade à contratação. Não haverá impacto no ambiente computacional, pois não haverá necessidade de mudança ou adequação para o uso da ferramenta.

X.2 Houve consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação?

Sim.

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDE À NECESSIDADE PÚBLICA:

A Solução que melhor atende é a Solução 2, por atender a todos os critérios.

O objeto pode ser descrito como "contratação de pessoa jurídica para subscrição de licenças Liferay DXP Self-hosted versão (suporte nível Gold) com ElasticSearch, que inclui garantia, atualização e suporte técnico; e horas de serviços especializados de operação assistida (empreitada por preço unitário) - durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento."

XII. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE:

Trata-se da continuidade de uma solução já em uso que tem se mostrado muito adequada ao longo dos anos.

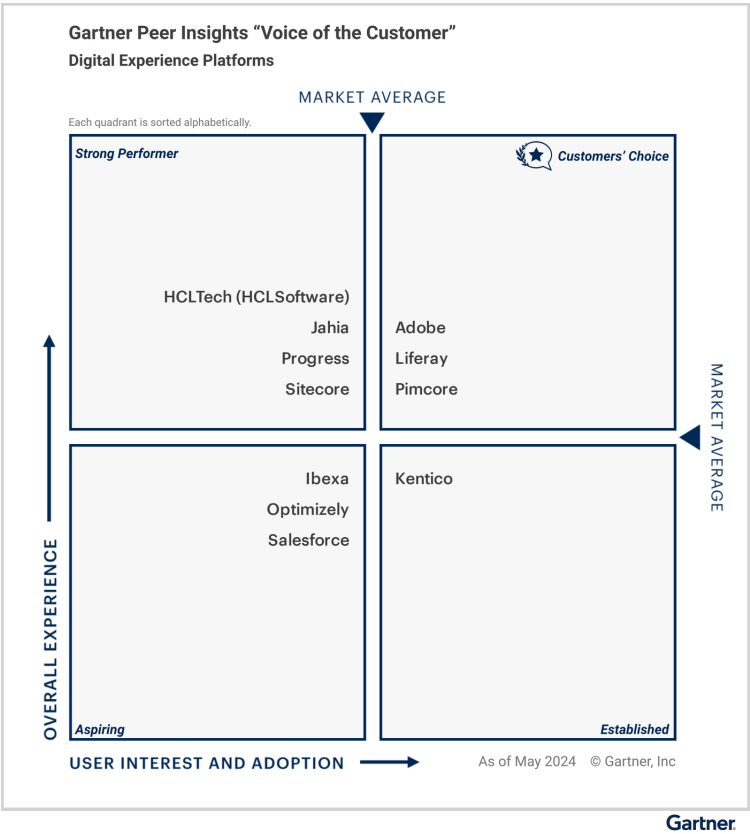
A instituição já dispõe de licenças de ferramenta fornecida pela Liferay, que se mostrou vantajosa tecnologicamente, conforme estudos realizados anteriormente pela equipe técnica da DTI e também pelos resultados da sua utilização ao longo dos anos. Em 2019, por meio de uma consultoria externa do Gartner (uso de horas do contrato 170/2017 em videoconferência), cuja especialista em Web Content Management (WCM) e Digital Experience Platforms (DXP) Irina Guseva (<https://www.gartner.com/analyst/79517/Irina-Guseva>), ao avaliar a possibilidade de mudança de ferramenta, indicou a manutenção do Liferay, pelo melhor custo-benefício em comparação com seus concorrentes diretos. Segundo a consultora, dentro do mesmo quadrante Gartner (ferramentas similares em funcionalidades etc.) esta é a que provê maior benefício econômico e tecnológico. Mais detalhes no documento 4844758.

Além disso, vale ponderar o legado tecnológico do Liferay, haja vista que o portal institucional (e grande quantidade de serviços oferecidos pelo PJSC aos jurisdicionados, aos servidores, aos membros e à sociedade em geral) foram desenvolvidos por meio dessa plataforma, bem como o investimento em treinamento dos analistas de sistemas e servidores que operam as ferramentas. Ou seja, além do investimento tecnológico e financeiro, considerando que implementar outra tecnologia seria mais dispendioso, há que se considerar o investimento na capacitação profissional e anos de experiência, de modo que a troca de tecnologia traria, sob esse ponto de vista, perda de eficiência e de economia em razão da gama de serviços atualmente disponíveis que necessitariam ser desenvolvidos novamente em uma ferramenta totalmente distinta, em vez de apenas migrados.

É uma ferramenta adequada ao uso pelo serviço público, tanto que podemos citar outros tribunais estaduais que utilizam a mesma ferramenta: TJPE, TJPR e TJRJ, além do TJRR (em fase de contratação), além de outros órgãos como o Exército Brasileiro, por exemplo.

Em 2016, os critérios do Quadrante Mágico da Gartner para Portais Horizontais foram alterados, se tornando Quadrante Mágico de Plataformas de Experiência Digital, onde a Liferay permaneceu no quadrante Leader. Foi neste ano que a Liferay lançou a Liferay Digital Experience Platform (DXP), sucessora do Liferay Portal EE (Enterprise Edition). Além do nome da plataforma, as principais mudanças se deram tanto na arquitetura do portal, passando a utilizar OSGi (Open Services Gateway Initiative - sistema de componentes para a plataforma Java) e aceitando frameworks de front-end mais atuais, quanto nas inovações e melhorias, visando facilitar o modo de uso da ferramenta.

O Liferay DXP 7.4, é a versão mais atual do produto. Embora em 2024 não seja mais líder no Quadrante Mágico de Plataformas de Experiência Digital, o próprio Gartner® afirma que o Liferay DXP reduz a complexidade técnica para as partes interessadas de TI e progrediu no suporte a usuários não técnicos, tornando sua solução muito mais acessível. Além disso, a Liferay foi nomeada a "Escolha dos Clientes" (Customers' Choice) no [relatório Gartner® Voice of the Customer para DXPs](#). Dentre os 11 fornecedores envolvidos na avaliação, foram uma das três únicas plataformas a receber o título de *Customers' Choice*.



XIII. PLANO DE SUSTENTAÇÃO:

XIII.1 Recursos necessários à continuidade do objeto contratado durante e após a execução do contrato

- a) **Recursos Materiais:** já disponíveis no setor.
- b) **Recursos Humanos:** já disponíveis no setor

XIII.2 Estratégia de continuidade contratual em eventual interrupção

XIII.2.1 Controle da qualidade no atendimento do suporte: acordo de nível de serviço.
Responsável: DTI/ Divisão de Apoio a Gestão e Governança de TI.

XIII.2.2 Rescisão do contrato ou renovação intempestiva: De acordo com informações do fabricante, a subscrição dá direito a uma licença perpétua. Assim, caso o ambiente não sofra alterações, o serviço se manterá ativo. Contudo, o suporte será descontinuado e isso fará com que percamos o direito às atualizações do fabricante, inclusive as de segurança, e correções de bugs, o que não é recomendado. Caso o TJSC venha a rescindir os serviços e queira retomá-los posteriormente, taxas de reintegração poderão ser exigidas conforme a política vigente à época. Assim, é preciso gerir o contrato de modo que não ocorram interrupções na subscrição. Caso aconteça, será necessário verificar a taxa de reintegração. Sugere-se a avaliação dos serviços prestados e o início de um novo processo licitatório de 6 a 7 meses antes do término da vigência do contrato. Como se trata de serviço de natureza continuada, entende-se que o contrato deve ser passível de renovação dentro do período máximo previsto em lei.

Responsável: DTI/Divisão de Apoio a Gestão e Governança de TI.

XIII.3 Ações para transição e encerramento contratual: como o licenciamento para utilização do software da ferramenta de portal é perpétuo, perde-se apenas acesso ao suporte até que haja renovação da contratação.

XIII.4 Estratégia de Independência do PJSC com relação à empresa contratada: não se aplica. Vale ainda ressaltar que a solução LiferaY DXP é de código aberto.

PROJETO BÁSICO - ID PCA (UR/Nº DTI210)

Projeto básico com regime da Lei n. 14.133/21

I. UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Tecnologia da Informação

II. OBJETO:

- Item 3 – Contratação de **600 horas de serviço especializado** por meio de operação assistida para a LiferaY Self-Hosted DXP 7.2, em regime de empreitada por preço unitário, pelo período de até 12 meses.

A) CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAL/SERVIÇO : Sugere-se usar o CÓDIGO DO COMPRASNET (CATSER) = 26972

B) MARCA DE REFERÊNCIA: não se aplica.

C) ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: não se aplica

D) LOCAL DE ENTREGA DO BEM OU LOCAL DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

Para o item 3, a dinâmica é a seguinte: as horas técnicas de especialistas LiferaY, em regime de empreitada por preço unitário serão solicitadas por meio de ordem de serviço com a especificação do objetivo e justificativa das atividades demandadas, separadas em itens; datas acordadas para início e encerramento; listagem das atividades com quantidade de horas previstas; especificação detalhada de cada item; etc., conforme anexo II.

Demais solicitações referentes a entrega de documentações, assim como dúvidas e afins, deverão ser efetuadas por meio de e-mail institucional acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

E) FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE: a prestação dos serviços do item 3 será conforme a necessidade, ou seja, sob o regime de execução empreitada por preço unitário.

F) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

1. No caso do item 3 do objeto, a formalização do pedido de entrega se dará por meio de ordem de serviço, que será enviada à CONTRATADA por e-mail, conforme a demanda.

2. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no edital, será recebido da seguinte forma:

2.1 provisoriamente, no ato da entrega do(s) bem(ns) e mediante termo detalhado atestando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para o caso de serviços;

2.2 definitivamente, por servidor da área técnica ou comissão composta de três membros, desde que os pedidos superem, individualmente, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações do edital.

3. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 3 (três) dias úteis correção de irregularidades do objeto entregue dias, a partir da notificação, para realizar a substituição/regularização necessária.

G) DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA UNIDADE REQUISITANTE: não se aplica

III. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O Termo de Consolidação da Pesquisa de Preços (doc. 8666181) detalha a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência do procedimento licitatório e integra o processo desta contratação.

IV. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: instrumento contratual.

A) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços,

causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;

2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

3. Não transferir a terceiros, mesmo que parcialmente, os serviços contratados, sem prévia anuência por escrito do CONTRATANTE;

4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiro que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

5. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

6. Disponibilizar profissionais habilitados e devidamente qualificados para o desempenho dos serviços;

7. Substituir o seu preposto que estiver trabalhando em desacordo com o interesse dos serviços e, por este motivo, for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE;

8. Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;

9. Respeitar os prazos previstos neste projeto básico;

10. Manter atualizado o endereço do correio eletrônico;

11. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12. Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;

13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;

14. Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme ou crachá de identificação;

15. Comprovar a qualificação mínima da equipe profissional alocada na prestação dos serviços, conforme previsto neste projeto básico, sob pena de inexecução contratual;

16. Comprovar em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, que pelo menos um integrante da equipe técnica possui certificação Liferay DXP Professional (tanto Back-End Developer quanto Front-End Developer), por meio de apresentação de certificado ou documento hábil para essa finalidade.

Justificativa: Em razão da contratação de horas (item 3) para atuar em atividades de serviços especializados precisa-se garantir a segurança de que, numa eventualidade, o PJSC terá o respaldo de um técnico capacitado em resolver o problema no menor tempo, a fim de que não prejudique a disponibilidade e segurança do portal, até porque a certificação Liferay DXP Professional é básica para profissionais que atuam neste ramo e fundamental para o CONTRATANTE, pelo valor embutido no portal institucional. Este integrante da equipe técnica certificado deve garantir o melhor uso da ferramenta e seus componentes, tanto nas questões de segurança, quanto de usabilidade.

16.1) o vínculo do profissional com a CONTRATADA poderá ser comprovado da seguinte forma: sócio, administrador ou diretor que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; administrador, diretor ou empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e prestador de serviços por meio de contrato escrito firmado com a CONTRATADA.

17. Dar conhecimento do Programa de Integridade das Contratações e do Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, implementados pela [Resolução GP n. 30/2021](#), aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, inclusive à subcontratada e seus funcionários, se for o caso, estando todos cientes das normas éticas, da vedação de práticas de fraude e corrupção, da responsabilização e das penalidades previstas para atos lesivos.

18. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta. Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos

18.1 Enviar eletronicamente para o endereço dmp.contrato@tjsc.jus.br o pedido de prorrogação de prazo até as 19h da data-limite para a entrega do produto, endereçando-o à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019 (disponível no link <http://busca.tjsc.jus.br/buscatextual/integra.do?cdSistema=1&cdDocumento=174032&cdCategoria=1&q=&frase=&excluir=&qualquer=&prox1=&prox2=&proxc=>).

18.2 Caso o pedido não possa ser enviado eletronicamente por não cumprir os requisitos estabelecidos no art. 18 da referida Resolução, a CONTRATADA, deverá protocolá-lo na Seção de Protocolo, no piso térreo do edifício-sede deste Tribunal, localizado à Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-901, das 12 às 19 horas, respeitada a data limite para entrega do produto;

19. o pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá estar instruído com, no mínimo, as informações abaixo:

19.1 identificação do objeto, número do Pregão, número da Ordem de Serviço;

19.2 justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação;

19.3 documentação comprobatória; e

19.4 indicação do novo prazo a ser cumprido.

20. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos incisos anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

20.1 Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

20.2 Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

20.3 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega.

B) DAS OBRIGAÇÕES DO PJSC

1. Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

2. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

3. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;

4. Publicar o extrato do contrato, seus aditivos, bem como os apostilamentos, se ocorrerem, no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato —, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do Tribunal de Justiça, no endereço www.tjsc.jus.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando concluída integração do sistema que viabilize a transferência de dados;

5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção;

7. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e

8. Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato, nos moldes da Resolução GP n. 78/2023.

V. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A) FISCALIZAÇÃO

1. O PJSC exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos dos arts. 41 a 44 da Resolução GP n. 78/2023 e do [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#).

2. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI e, em situações excepcionais, por meio de mensagem eletrônica (e-mail);

3. Compete ao Fiscal Técnico:

3.1 zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;

3.2 verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

3.3 acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

3.4 indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Programa de Integridade das Contratações, implementado pela [Resolução GP n. 30/2021](#);

5. A fiscalização do PJSC poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

6. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

7. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

8. Equipe de fiscalização:

GESTOR DO CONTRATO	Diretor de Tecnologia da Informação ou a quem tenha sido delegada a função
FISCAL TÉCNICO	Servidora da Seção de Portal Web e Processos de TI
FISCAL ADMINISTRATIVO	Chefe da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Demandante ou Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Chefe da Seção de Recebimento de Bens/Divisão de Almoxarifado

B) PENALIDADES

1. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021.

2. A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando a infração administrativa corresponder a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.

3. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

3.1 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor da ordem de serviço emitida (item 3) pelo atraso injustificado na prestação de serviços no prazo fixado na ordem de serviço e sem pedido de prorrogação;

3.2. 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia, limitada a 2% (dois por cento) , sobre o valor do contrato pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seus anexos, caso não haja previsão de multa específica;

3.3. 0,5% a 5% sobre o valor do contrato em razão da litigância de má-fé.

3.3.1 considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos; ou

III - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

VI. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

A) MAPA DE RISCOS: Mapa de Riscos Gerais da contratação foi realizado pelo PJSC e faz parte do processo de contratação (SEI n. 0015011-35.2020.8.24.0710).

B) MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

(x) os riscos contratuais foram alocados nas obrigações contratuais, não se vislumbrando necessidade de elaboração de matriz de riscos específica.

() não se aplica, pois não se enquadra nos requisitos do art. 22, §2º, da Lei n. 14.133/2021.

() se aplica e consta das obrigações da contratação, implementando-se o seguinte quadro

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

a) O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite da Divisão de Apoio a Gestão e Governança de TI e lançamento da nota fiscal no sistema pela Divisão de Almoxarifado, as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente executada:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor Unitário (R\$)*	Valor Total Estimado (R\$)*
	3	Contratação de serviços continuados especializados por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, pelo período de 12 (doze) meses, em regime de empreitada por preço unitário	Horas	600		

*Valores de acordo com a proposta vencedora.

b) As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

1. A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de relatórios circunstanciados dos serviços efetivamente realizados e das respectivas ordens de serviço, no endereço eletrônico dti.dagg@tjsc.jus.br obedecidos os requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da [Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019](#), endereçando-o à Divisão de Apoio à Gestão e Governança de TI, da Diretoria de Tecnologia da Informação.

2. Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;
 3. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço da tabela 06 da EFD-REINF, adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação;
 4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:
 - 4.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
 - 4.2 comprovante da regularidade para com o FGTS; e
 - 4.3 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.
 5. Os comprovantes de regularidade:
 - 5.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;
 - 5.2 serão substituídos por documento emitido pela Diretoria de Material e Patrimônio caso a CONTRATADA possua cadastro com o PJSC (com as certidões dentro do prazo de validade) ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);
 6. No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho. O PJSC não estará sujeito à isenção quando:
 - 6.1 o contribuinte estiver no Simples Nacional;
 - 6.2 na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
 - 6.3 da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.
 7. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei, sem prejuízo da indicação, na nota fiscal, do código de serviço da tabela 06 da EFD-REINF, adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação (conforme item 3). As retenções serão feitas no pagamento.
- c) Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:
1. Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;
 2. Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.
- d) Verificando-se a existência do risco de atribuição de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.
- e) O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, da Diretoria de Material e Patrimônio, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.
- f) No caso do não pagamento da nota fiscal até o 10º (décimo) dia útil, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 11º (décimo primeiro) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), nos termos do art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.
- g) Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão estar atrelados a raiz do CNPJ constante da proposta que originou este contrato.

VIII. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

Atestado de capacidade técnica fornecido por terceiro, pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, comprovando que forneceu subscrição de licença na plataforma de portal Liferay DXP, do fabricante Liferay Inc., incluindo a prestação de serviços técnicos especializados.

Justificativa: A exigência desse atestado se dá pelo fato de que se a CONTRATADA não tiver as mínimas credenciais/experiência para prestar este serviço e, assim, garantir a eficácia da contratação, os danos ao Poder Judiciário podem ser incalculáveis, visto que o portal institucional é ferramenta estratégica para disponibilização de informação e acesso a serviços deste órgão. Isto é, busca-se evitar/diminuir riscos. Sendo assim, entende-se de suma importância que a empresa contratada já tenha o mínimo de experiência na prestação de serviços técnicos especializados na ferramenta Liferay DXP (e não apenas na versão anterior da ferramenta Liferay Portal), trazendo-nos segurança.

B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:

Declaração de que, se contratada for, comprovará, em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato,

que possui na equipe técnica pelo menos um integrante com certificação Liferay DXP Professional (tanto Back-End Developer quanto Front-End Developer), por meio de apresentação de certificado ou documento hábil para essa finalidade.

C) CONSÓRCIO:

A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversas entidades empresarias individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

Vale ressaltar que a doutrina reconhece que a formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. Diante desses pontos negativos, a participação de consórcios em procedimentos licitatórios só deve ser autorizada quando puderem ser observadas vantagens para o PJSC, o que não se verifica no caso em apreço.

D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

IX. QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO FORMULÁRIO-PROPOSTA:

Não cabe a aplicação das prerrogativas ME/EPP, considerando que o valor da contratação anual de cada item ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como é inviável a reserva de cota destinada à participação exclusiva, por não se tratar da contratação de bem de natureza divisível, mas de contratação de serviço.

Item 3 - Contratação de serviço continuado especializado por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, em regime de empreitada por preço unitário - 600 horas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
3	Contratação de serviços continuados especializados por meio de operação assistida para a Liferay DXP Self-Hosted, pelo período de 12 (doze) meses, em regime de empreitada por preço unitário	horas	600		

X. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico.

XI. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

XII. PRAZOS

a) De vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações;
e

b) De execução do serviços: 12 (doze) meses, a contar **do recebimento** da ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante termo aditivo, se houver interesse das partes;

XIII. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO

a) A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

b) O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

c) O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

d) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1) Referente aos serviços especializados de operação assistida:

A CONTRATADA deverá prestar os serviços especializados de operação assistida após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente (modelo a seguir) emitida pelo CONTRATANTE;



ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

1- Identificação			
Nº OS		Data de Emissão:	
Requisitante			
Projeto			
Contratada			
Nº Contrato		Emergencial: () Sim () Não	

2 – Especificação dos Serviços					
ID	Serviço	Métrica	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
Total					R\$

3 – Cronograma			
ID	Tarefas	Início	Fim
01			
02			

4 - Entregas	

Data Prevista para Início dos Serviços	Data Prevista para Entrega dos Serviços

5 - Ciência		
CONTRATANTE		CONTRATADA
Área/Fiscal Demandante	Gestor do Contrato	Preposto

Florianópolis, <data>.

O CONTRATANTE poderá solicitar que os serviços especializados de operação assistida sejam realizados por equipe técnica da fabricante, sem cobrança adicional, quando a CONTRATADA não tiver profissional com a competência necessária para o serviço especializado solicitado e a experiência exigida neste projeto básico;

Entende-se por serviços especializados de operação assistida os seguintes:

- a) Atividades operacionais, utilizando os procedimentos recomendados para cada rotina;
- b) Desenvolvimento de aplicações e novas funcionalidades dentro da plataforma Liferay DXP;
- c) Orientações sobre boas práticas e melhor uso da ferramenta a fim de atender às demandas institucionais;
- d) Manutenção corretiva, utilizando os procedimentos que permitam maior eficiência e eficácia na solução de falhas;

- e) Manutenção preventiva, rotinas de testes, análises e medidas, utilizando os procedimentos que assegurem mínima interferência na operação e máxima disponibilidade dos produtos;
- f) Elaboração de procedimentos especiais ou detalhamento dos procedimentos padrão, caso seja necessário;
- g) Instalação, migração e atualização de versão (apoio ou execução);
- h) Configuração de parâmetros e de ambiente, compreendendo sistema operacional; Java Virtual Machine; configurações do banco de dados, repositório de arquivos e cluster; e servidores de aplicação.

Estas horas podem ser prestadas por especialistas da fabricante da ferramenta (Liferay Brasil) ou pela empresa parceira CONTRATADA, de acordo com a necessidade imposta pela demanda. Para tal, a qualificação técnica necessária é a certificação Liferay e experiência comprovada no serviço a ser executado.

Por se tratar de serviços sob demanda, os serviços de Operação Assistida serão solicitados conforme a necessidade, não estando o CONTRATANTE vinculada a qualquer franquia mínima de consumo.

Para cada atividade solicitada por meio de ordem de serviço, deverá ser entregue relatório, detalhando as horas efetivamente empregadas, os procedimentos realizados e eventuais ajustes, se necessário.

Informações em cumprimento à Lei Estadual 17.983, de 19.8.2020, estão disponíveis para consulta no QRCode



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 10/12/2024, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **8914983** e o código CRC **603D0B9A**.